

SER ESTUDANTE E SER MÃE NA UNIVERSIDADE: CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DE PERMANÊNCIA NA UFSCar

Gabriela Aparecida Carlino¹
Luana Costa Almeida²

RESUMO

Contextualizado no debate sobre o lugar que as mulheres ocupam na sociedade, suas especificidades e possibilidades dentro de uma organização estruturalmente patriarcal, este estudo reflete sobre uma dessas especificidades na sociedade contemporânea: ser mãe e poder continuar a estudar. Para tanto, uma pesquisa qualitativa foi conduzida com o objetivo de analisar as delimitações da assistência estudantil voltada às estudantes-mães matriculadas nos cursos de graduação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Este estudo apresenta os resultados de uma investigação pela perspectiva de uma pesquisa qualitativa de pela análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSCar (PDI) e das normativas e programas voltados a assistência estudantil da PROACE-UFSCar, onde procurou identificar nos documentos da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE), ações de assistência estudantil que abarcam estudantes-mães, examinando, a partir da tipologia utilizada por Figueiredo (2019), como a universidade tem acolhido a essas estudantes nas dimensões de permanência material e simbólica e rede de apoio. No contexto de poucos trabalhos voltados à vivência das estudantes-mães no Ensino Superior, esta investigação procura desvelar contornos muitas vezes invisibilizados nos debates institucionais. Os resultados revelaram o não lugar dessas mulheres no Ensino Superior e que há poucas ações de permanência estudantil que as contemplam, sendo que as existentes são interseccionadas pelo corte socioeconômico e incluem apenas as estudantes-mães mais pobres.

Palavras-chave: Estudante-mãe; Assistência estudantil; Mulher-estudante.

ABSTRACT

Contextualized in the debate about the place that women occupy in society, its specificities, and possibilities within a structurally patriarchal organization, this study reflects on one of these specificities in contemporary society: being a mother and being able to continue studying. To this end, a qualitative survey was conducted to analyze the delimitations of the assistance provided by the Federal University of São Carlos (UFSCar) to student-mothers enrolled in its undergraduate courses. This study presents the results of a search that sought to identify, in the documents of the Dean's Office for Community and Student Affairs (PROACE), assistance actions aimed at student-mothers, and analyzes, from the typology used by Figueiredo (2019), how the university has welcomed these students in the dimensions of material and symbolic permanence and support network. In the context of few works addressing the experience of student-mothers in Higher Education, this study seeks to unveil outlines that are often invisible in institutional debates. The results revealed the non-place of these women in Higher Education, and that there are few assistance actions directed to them, with the existing ones intersected by a socioeconomic approach that includes only the poorest student-mothers.

Keywords: Student-mother; Student assistance; Woman-student.

¹ Estudante do curso de Pedagogia da UFSCar.

² Professora do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas da UFSCar.

INTRODUÇÃO

Ano de 2018, terceiro período da faculdade de Pedagogia em uma universidade desejada e para a formação universitária tão sonhada. Em meio à possibilidade de realizar um sonho e dar orgulho à família, a descoberta de uma gravidez não planejada, fruto de um relacionamento não estável: O que fazer? Como continuar? Há espaço para ser estudante e ser mãe em uma universidade?

A experiência parece indicar que não, exigência nas disciplinas incoerente com a prática dos exercícios domiciliares garantidos por Lei³; falta de empatia e solidariedade com alguém que passa por mudanças físicas, emocionais e sociais; nenhuma estrutura às estudantes sem rede de apoio que as libere para a dedicação aos estudos... Quais são os limites de ser estudante e mãe universitária? Qual o apoio institucional a essas mulheres? Elas são abarcadas em sua especificidade pela assistência estudantil?

Todas essas questões vêm à tona e se apresentam na vida, mas para além disso emergem como possibilidade de estudo. Permeada pela experiência vivida, mas instigada pela possibilidade investigativa delinea-se uma pesquisa.

Como destacam Nunes e Silva (2020, p. 42), diversos estudos têm se preocupado com a dimensão do acesso e permanência dos jovens de classes menos favorecidas nos cursos de graduação, “possivelmente impulsionados pelas recentes políticas educacionais de expansão e democratização das universidades públicas”. As autoras destacam que neste debate se faz necessário abarcar a dimensão de gênero, o que exige pensar nas estudantes a partir de sua trajetória acadêmica, de trabalho e, também - uma especificidade delas, de maternidade.

O recorte de gênero na investigação justifica-se pelo fato do ônus da maternidade surgir como uma problemática que circunda as mulheres por serem elas, no contexto da divisão sexual do trabalho, que devem cuidar dos filhos e do lar, gerando uma experiência com a maternidade eivada de sobrecargas, mitigação de direitos e carência de autonomia, além de delinear de forma precária a vida da mulher nas dimensões sexual, econômica, educacional, profissional e política (NUNES; SILVA, 2020, p. 43).

³ A Lei nº 6.202/1975, em seu Art. 1º, define que a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliar instituído pelo decreto-lei número 1.044 de 21 de outubro de 1969.

A história do papel da mulher na sociedade vem da herança de um sistema social patriarcal, em que ela está conectada ao âmbito familiar e doméstico, diferentemente do papel do homem que se distancia deste ambiente como lócus de trabalho. Por meio de processos de subordinação, nesse sistema pratica-se a desigualdade entre homens e mulheres, os quais são direcionados a determinados papéis de gênero, sendo, dentre outros aspectos, a mulher ligada ao trabalho doméstico e à maternidade, o que a afasta de direitos e possibilidades garantidos aos homens, como a possibilidade de progredir sem grandes percalços nos estudos, mesmo em situação de paternidade, considerando que a sobrecarga de trabalho e responsabilidade recai recorrentemente sobre as mulheres.

Segundo Almeida (2008), historicamente cabe às mães educar os filhos e cuidar dos afazeres domésticos, sendo algo repassado de geração para geração, tornando o papel da mulher diferente em relação ao atribuído ao homem. A mulher é socializada em valores socioculturais que historicamente estão associados à maternidade e ao trabalho ligado ao cuidado. Estes valores foram criados a partir da construção de contextos sociais que percorrem séculos e, na contemporaneidade, começam a ser influenciados por um novo olhar, ainda não hegemônico.

Segundo Scavone (2001), a publicação da obra de Simone de Beauvoir, “O segundo sexo”, permitiu que a maternidade começasse a ser vista como um constructo social, em que as mulheres são induzidas por suas famílias e sociedade a seguirem valores tradicionais e conservadores que ligam a mulher à maternidade. Direcionadas a determinados papéis de gênero, elas foram afastadas do mundo social de atuação predominantemente masculina.

[...] a maternidade começou a ser vista como um constructo social, logo esta designava o lugar da mulher na sociedade, ou seja, a “mãe zelosa” que presente no espaço doméstico era responsável pelo cuidado dos filhos. Ao alocar a mulher nesta posição, o espaço público não fazia parte da vida das mulheres (SCAVONE, 2001, p. 8).

Embora a mulher tenha papéis sociais com significados históricos, associados à maternidade e aos cuidados, não podemos negar que na contemporaneidade a partir da luta por seus direitos, como destaca Almeida (2008), novos contornos de seu lugar na sociedade coexistem com estes tradicionais, forçando mudanças - muitas já iniciadas e outras tantas ainda por se conquistar. É notório que a mulher conquistou uma posição mais protagonista, como a sua inserção e destaque no mercado de trabalho, estudar e ser a principal provedora de renda familiar, seja com a participação de um(a)

parceiro(a) ou de maneira monoparental, o que, todavia, não a coloca em nível de igualdade em relação aos homens.

Como destacam Silva e Guedes (2020, p. 471-472), apesar do aumento de visibilidade e possibilidade de papéis dentro da sociedade conquistados pelos movimentos feministas, como as universidades e o mercado de trabalho formal, a maternidade atribui às mulheres a responsabilidade primeira pelas práticas de cuidado com os filhos, a família e a casa, delegando a elas a incumbência pelas atividades domésticas. O que explicita a profunda contradição expressa, sobretudo, nas exigências feitas pelo conjunto da sociedade às mulheres:

[...] espera-se que estas sejam mães ao mesmo tempo em que são conquistadas e/ou lhes são concedidas novas oportunidades. As mulheres passam a ocupar diversos lugares, alguns de suma importância para a economia e o controle do Estado, mas não são pensadas nem oferecidas as condições necessárias para que possam vivenciar a maternidade e as aspirações profissionais, pessoais e de lazer sem, contudo, abrir mão destas últimas.

Segundo dados divulgados pelo Projeto “Maternidade e Ciência” (PARENT IN SCIENCE, 2021) cerca de 65,5% dos estudantes universitários com filhos dependem de auxílio da família para se dedicar aos estudos, sendo que apenas 5,2% contam com creches e redes de apoio na universidade. Machado et al. (2019) destacam, a partir da pesquisa do referido projeto com 1608 pesquisadoras - dentre elas 44 bolsistas de pós-doutorado com filhos e 346 alunas de graduação com filhos, que a maioria das respondentes (80%) afirma que a maternidade impactou sua carreira acadêmica/científica de forma negativa ou fortemente negativa, reportando seu papel central na tarefa de cuidado dos filhos.

Corroborando esta problemática e trazendo a especificidade das estudantes de graduação, Silva e Guedes (2020) destacam o alto índice de interrupção e abandono da graduação em decorrência da maternidade. No grupo de 38 estudantes participantes de sua pesquisa, 78,4% afirmaram ter realizado alguma interrupção no curso em decorrência da gestação e/ou da maternidade e 62,2% declararam conhecer alguma estudante que abandonou o curso em decorrência da maternidade.

Contextualizado neste debate e fruto das vivências e desafios da experiência de ser mãe e ser estudante no Ensino Superior, o presente trabalho se volta à reflexão sobre o lugar das estudantes-mães no contexto universitário. A pesquisa objetivou analisar as

ações institucionais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) voltadas ao apoio às estudantes-mães no contexto acadêmico. Mais especificamente, buscou compreender se e quais ações são implementadas para dar suporte a estas mulheres, tendo em vista sua permanência e a possibilidade de conclusão dos cursos de graduação em questão matriculadas.

Organizativamente optamos por apresentar nosso estudo em cinco seções, além desta introdução. Iniciaremos apresentando os delineamentos e percurso metodológico da investigação, em seguida um breve debate sobre a assistência estudantil universitária e a especificidade das estudantes-mães, seguido da explicitação da tipologia utilizada por Figueiredo (2019) para a análise da realidade das estudantes-mães na UNIFAL, a partir da qual organizamos e analisamos nossos achados da pesquisa na UFSCar, finalizando com breves considerações acerca do estudo.

DELINEAMENTO E DECISÕES METODOLÓGICAS

No contexto de trabalhos voltados à vivência de estudantes-mães no Ensino Superior, a presente investigação procura desvelar contornos muitas vezes invisibilizados nos debates institucionais. É urgente que se pense no (não) lugar dessas mulheres para que se efetivem ações em prol de sua permanência, aspecto vinculado ao debate do enfrentamento das desigualdades educacionais geradas pelas posições de gênero.

Nosso recorte se justifica porque, assim como Nunes e Silva (2020), assumimos que historicamente o papel do pai se consolida como o de auxiliar na criação e sustento econômico dos filhos, sem que lhe seja atribuída a responsabilidade pelo cuidado direto e cotidiano das crianças. Neste sentido, destaca-se a cobrança e maior consequência às mulheres-mães pelos cuidados com os filhos o que exigiria, em igual medida, maiores ações de assistência estudantil institucional para fins de sua permanência nos cursos de graduação a partir da maternidade. Como destacam as referidas autoras a partir de outros estudos:

A desproporção do tempo e esforço dedicados à família, sendo desfavoráveis às mulheres, implicam na disposição de tempo, recurso e dedicação para sua educação, profissionalização e trabalho. Por isso, mesmo na atualidade as mulheres ocupando vários espaços que antes lhes eram restritos, a desigualdade ainda persiste sobre as possibilidades de efetiva ascensão do grupo como um todo (NUNES; SILVA, 2020, p. 51).

Com objetivo de analisar as delimitações de assistência estudantil voltadas às estudantes-mães matriculadas em cursos de graduação da UFSCar, a investigação procurou identificar nos documentos da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE) as ações de assistência estudantil que abarcam as estudantes-mães. A partir da tipologia utilizada por Figueiredo (2019) procuramos entender como a universidade tem acolhido a essas estudantes nas dimensões de permanência material, simbólica e de rede de apoio.

A pesquisa de Figueiredo (2019) abarcou as estudantes-mães da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/Minas Gerais) e pôde destacar importantes aspectos a serem considerados na análise da permanência estudantil dessas mulheres. Dentre eles, assumiu como chave-analítica para a compreensão da questão (1) a permanência material,

(2) a permanência simbólica e (3) a existência de uma rede de apoio às estudante-mães -tipologia que exploraremos com maior aprofundamento a frente.

A partir destas delimitações, o trabalho foi desenvolvido na perspectiva qualitativa de pesquisa pela análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSCar (PDI) e das normativas e programas voltados a assistência estudantil da PROACE-UFSCar. Gil (2002, p. 62) destaca que a pesquisa documental é interessante por ser “fonte rica e estável de dados”.

Segundo Cellard (2008), a análise documental possibilita acesso a informações dentro de um contexto de produção específico, razão pela qual o foco na documentação disponibilizada permite entendê-la como a manifestação das prioridades institucionais em dado momento histórico. Ao apresentar as etapas da análise documental, o autor nos permite vislumbrar alguns passos deste tipo de investigação:

- (1) localização dos documentos pertinentes.
- (2) avaliação da credibilidade e representatividade dos documentos encontrados.
- (3) processo de análise preliminar dos documentos que se relaciona: ao exame do contexto de produção, da autoria, da autenticidade e confiabilidade do texto, ao exame de sua natureza e à identificação dos conceitos-chave expressos nos documentos.

(4) a análise em si, que busca: o agrupamento dos conceitos-chave, sua compreensão e ligação com evidências já estabelecidas ou descritas na literatura da área.

Assumindo esta orientação geral, a pesquisa documental foi realizada por meio dos dados oficiais disponibilizados na página institucional da PROACE. Os documentos e informações foram coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022.

A PROACE foi fundada em 20 de julho de 2009, com o intuito de criar ações e estratégias para promover a qualidade de vida, diminuir a desigualdade e manter a permanência de toda a comunidade universitária de baixa renda da UFSCar. As ações realizadas por esta pró-reitoria, segundo informações apresentadas em sua página institucional, são realizadas por uma equipe comprometida com a qualidade de vida e permanência dos estudantes, através de auxílios de alimentação e moradia, dentre outros.

Com objetivo anunciado de garantir oportunidades aos estudantes de vivenciarem atividades acadêmicas, a PROACE conta com ações para a permanência de estudantes em situações de vulnerabilidade a partir do trabalho do Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis (COACE). Criado em 2011, com o foco de fomentar programas e projetos para melhorar a qualidade de vida na comunidade universitária, este conselho delibera sobre as prioridades e ações desta pró-reitoria.

Em seu âmbito, além das ações de assistência financeira, de alimentação e moradia, há o Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil (PIAPE), criado para o acolhimento e enfrentamento da violência institucional. Neste programa são acolhidos projetos propostos por servidores com foco na permanência dos estudantes, com o princípio de melhorar a qualidade de vida, a saúde mental, proporcionar a vivência da arte e da cultura, assim como a reflexão sobre os direitos humanos. Todas as bolsas e projetos no âmbito da PROACE são realizados exclusivamente através de editais, a partir dos quais são analisadas as situações de cada estudante inscrito.

Cellard (2012, p. 296) aponta que “[...] em primeiro lugar, [o pesquisador] deve localizar os textos pertinentes e avaliar sua credibilidade, assim como sua representatividade”. Tendo esta tarefa de seleção em foco, procedemos ao levantamento junto à página institucional da PROACE dos documentos relacionados à

permanência estudantil (Quadro 1).

Quadro 1 – Documentos levantados e analisados na pesquisa

PDI (2018-2022)	Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSCar 2018-2022 (PDI)
Resolução COACE nº48 -15 de dezembro, 2021	Regimento Interno da Unidade de Atendimento a criança – UAC
Resolução COACE nº50 -15 de dezembro, 2021	Dispões sobre o Programa de Assistência Estudantil da UFSCar
Resolução COACE nº51 -15 de dezembro, 2021	Resolve dispor sobre o Programa de Acompanhamento ao Bolsista (PAB)
Resolução COACE nº52 -15 de dezembro, 2021	Dispõe sobre o Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil UFSCar (PIAPE)
Resolução COACE Nº 58 -19 de janeiro de 2022	Dispõe sobre o atendimento direto, em caráter excepcional e emergencial, a estudantes indígenas e quilombolas e de outros grupos sociais que ultrapassaram o tempo limite de participação no Programa Bolsa Permanência - MEC e cria o Programa de Atendimento Especial a Estudantes Indígenas e Quilombolas (PAEIQ)
Ato Administrativo Nº. 081 - 25 de fevereiro de 2019	Assuntos Comunitários e Estudantis - Conselho Universitário - RU
Ato Administrativo PROACE Nº 45 - 29 de junho de 2021	A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade Federal de São Carlos, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da UFSCar
Resolução COACE nº49 -15 de dezembro, 2021	Dispõe sobre a regulamentação da reserva de vagas na Unidade de Atendimento a Criança para filhos e filhas de estudantes bolsistas do Programa de Assistência Estudantil
Ato Administrativo PROACE Nº 18 - 30 de abril de 2020	Normaliza o funcionamento excepcional, durante o período de suspensão das atividades acadêmicas, em função da pandemia COVID-19, do benefício Bolsa Alimentação, regulamentado pelo artigo nº 34 da Resolução CoACE nº 03 de 02 de abril de 2012, que institui o Programa de Assistência Estudante da UFSCar
Resolução COACE Nº 26 -25 de fevereiro de 2021	Dispõe sobre o Relatório Preliminar do Grupo de Trabalho para proposições e monitoramento das ações de permanência e assistência estudantil implementadas enquanto durar o Ensino não Presencial Emergencial (ENPE)

Fonte: Site da PROACE. Organização nossa.

Todavia, após o processo de análise preliminar dos documentos, tendo como foco a ligação com o público-alvo da pesquisa, nosso corpo documental de análise se restringiu aos seguintes documentos: Resolução COACE nº48; Resolução COACE nº 50 e Ato Administrativo nº 81.

Delimitado o corpo documental da pesquisa, passamos para a fase recomendada por Cellard (2012) de análise em si, em que após identificar os conceito-chaves presentes nos documentos na análise preliminar, que para nós se relacionam à tipologia proposta por Figueiredo (2019), o pesquisador passa a olhar para os dados com vista a responder ao seu questionamento de pesquisa. Segundo o autor, para chegar a isso deve-se procurar ligações entre os fatos acumulados e, também, relacioná-los ao já descrito na literatura, razão pela qual debateremos nas seções seguintes a assistência estudantil universitária no Brasil, ainda que em linhas gerais, e as condições de permanência da estudante-mãe na universidade.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A ESPECIFICIDADE DAS ESTUDANTES-MÃES: LINHAS GERAIS

As condições de permanência na trajetória acadêmica são um dos maiores obstáculos para os(as) estudantes que possuem uma condição financeira limitada. A assistência estudantil surge, neste contexto, como uma importante dimensão para favorecimento da continuidade acadêmica.

A assistência estudantil, como estratégia para a possibilidade de conclusão dos cursos de graduação por estudantes mais pobres, tem sido favorecida desde a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)⁴ que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). Todavia, as ações priorizadas por este programa nem sempre favorecem diretamente as estudantes-mães.

Zago (2006), ao analisar grupos de estudantes com condições financeiras não favoráveis à dedicação exclusiva aos estudos, relata que como forma de sobrevivência o estudante dedica a maior parte do seu tempo ao trabalho. Esses estudantes estão submetidos a situações-limite relacionadas a sua formação acadêmica e às atividades de interação dentro e fora do ambiente universitário, razão pela qual a permanência desse grupo e possível conclusão do curso em que estão matriculados nem sempre se consolidam.

A criação da assistência estudantil permitiu aos estudantes de baixa renda a possibilidade da permanência nas universidades e Institutos Federais. Através de bolsas que beneficiam esses estudantes com moradia, alimentação e recursos básicos para

⁴ Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

se manterem na universidade, possibilita-se que eles tenham como horizonte a conclusão dos cursos em que ingressaram.

Contextualizada na discussão sobre a democratização da educação superior no Brasil, os questionamentos acerca do acesso e da permanência nas universidades são pontos primordiais para o debate. A democratização é essencial para que quebre paradigmas e mudemos o perfil dos estudantes que frequentam as instituições de Ensino Superior, todavia ampliar o acesso sem que se garantam formas de permanência da população mais pobre nas universidades não permite que ela se efetive, já que dificulta a possibilidade de conclusão dos cursos pelos estudantes mais pobres.

A democratização não se trata simplesmente da possibilidade de ingresso nos cursos de graduação das universidades a partir do aumento de vagas ou de políticas afirmativas que beneficiem estudantes negros, pardos e indígenas ou oriundos de escolas públicas. É necessário a efetivação da inclusão social dos jovens que foram tradicionalmente excluídos, seja por condições socioeconômicas desfavoráveis ou por preconceito étnico-racial. O acesso é importante, mas a garantia de condições de permanência material e simbólica se mostra fundamental.

[...] a questão socioeconômica tem impacto direto na continuidade dos estudos. Nesse sentido, é fundamental pensar em estratégias para uma efetiva democratização da educação, que inclua ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, além de políticas que possibilitem a permanência dos estudantes no sistema educacional (IMPERATOR, 2017, p. 290)

Imperator (2017), em diálogo com autores que estudam a questão, destaca a importância da assistência estudantil como instrumento de efetivação do acesso, da permanência e da possibilidade da conclusão dos cursos pelos estudantes. A assistência estudantil no Brasil tem grande relevância, especialmente pelas altas taxas de desigualdade social de sua realidade.

Esta importância se expressa, inclusive, no Plano Nacional de Educação. Como destacam Alves e Brito (2021), a meta 12, em sua estratégia 12.5, associa a ampliação da política de permanência estudantil na educação superior com as políticas de acesso, inclusão, ações afirmativas e assistência estudantil como forma de garantir o sucesso acadêmico aos estudantes desse nível de ensino. Aspecto que Souza e Silveira (2016) relacionam diretamente com a possibilidade de garantia do direito à educação, já que em se tratando de educação superior pública, vem se ampliando a oferta de vagas e

diversificação dos mecanismos de seleção para o acesso constituindo-se numa perspectivamais democrática de educação superior, a qual deve ser acompanhada por mecanismos que possibilitem e favoreçam a permanência dos grupos incluídos, aspecto fundamental para a garantia do direito.

Os referidos autores destacam o papel do Pnaes (Programa Nacional de Assistência Estudantil)⁵ como meio para a efetivação da permanência. O programa considera como áreas prioritárias “I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte;IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (BRASIL, 2010). Os recursos são direcionados a partir de critérios de seleção que levamem conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição.

Todavia, há espaço nos critérios estabelecidos para a especificidade das mulheres?Maioria entre os estudantes das universidades públicas federais, assim como na composição da população nacional, parece-nos importante pensá-las em sua especificidade.

Olhar esta especificidade é essencial já que elas vivenciam questões que as fragilizam como grupo candidato à conclusão dos cursos de graduação. Fontel (2019) indica a existência de “processos de expulsão” de estudantes-mães do espaço universitário devido a diversos fatores, como a falta de acolhimento, falta de políticas depermanência universitária, além de discursos e práticas direcionados a este público e quenão favorecem sua permanência na universidade.

Nos relatos analisados por Urpia e Sampaio (2009, p. 36-37), as estudantes-mães expressam a difícil decisão a ser tomada entre a realização do sonho pessoal/profissionale a priorização do bem-estar do filho. Expondo as dificuldades enfrentadas no ambiente universitário, as estudantes demonstram a dificuldade de conciliar a decisão de continuarestudante com a condição de ser mãe.

De acordo com Figueiredo (2019, p. 21), “ao mesmo tempo em que os índices apontam para o aumento da participação feminina na educação superior, não se

⁵ Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

percebe a ampliação, na mesma proporção, de estruturas que deem suporte à sua inserção na universidade”. A autora destaca a importância de pensarmos o acesso e a permanência das mulheres que além de serem estudantes também são mães. Sem minimizar a importância das ações voltadas aos chamados grupos prioritários, ela questiona o acolhimento das estudantes-mães como público-alvo da assistência estudantil.

Apesar de alguns grupos minorizados como negros, quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência serem contemplados com as políticas de cotas nas IFES [Instituições Federais de Ensino Superior], percebe-se que as demandas das mulheres que são mães e estudantes continuam invisíveis nesse processo de democratização da educação superior, principalmente pela ausência de ações institucionais de assistência estudantil que acolham e apoiem a permanência desse grupo específico na universidade (FIGUEIREDO, 2019, p. 20).

O acolhimento e apoio à permanência das estudantes-mães é importante em sua especificidade, porque como destacam Silva e Guedes (2020) entre as principais dificuldades vivenciadas para a continuidade da formação acadêmica por este grupo estão as desigualdades que elas experimentam. Os autores destacam a sobrecarga de trabalho materno e a consequente falta de recursos para as atividades de formação universitária, aspectos que corroboram a positividade de ações institucionais para que sua trajetória seja favorecida.

TIPOLOGIA PARA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DA ESTUDANTE-MÃE NA UNIVERSIDADE

As condições de permanência para se manter na trajetória acadêmica é um dos maiores obstáculos para que as estudantes-mães possam concluir sua formação no ensino superior. Segundo pesquisa desenvolvida por Figueiredo (2019) para o grupo universitário de estudantes-mães, várias estratégias precisam ser desenvolvidas para a garantia da sua sobrevivência na universidade.

Como ressalta a referida autora, baseando-se no trabalho de Dias Sobrinho (2012), “o acesso e a permanência são aspectos essenciais que fazem parte de um processo mais amplo de democratização da educação superior” (FIGUEIREDO, 2019, p. 17). Como a democratização não pode se limitar ao aumento no número de vagas, devendo avançar para a construção de meios que garantam a possibilidade de continuidade da formação até a conclusão do curso, o processo de democratização no ensino superior só pode avançar por meio do movimento real de inclusão social, em que

a quebra de preconceitos e a garantia de condições socioeconômicas favoráveis sejam pontos devidamente observados e enfrentados pela política educacional.

O compromisso com a democratização do Ensino Superior passa pela preocupação com a inclusão de parcela importante da população que historicamente se encontra alijada desta possibilidade. Dentro do público-alvo das ações de assistência estudantil, as estudantes-mãe nem sempre são foco, ainda que suas condições objetivas e subjetivas as tornem vulneráveis à interrupção de sua trajetória de formação.

Como esclarece Figueiredo (2019), dentre importantes aspectos a serem considerados para a permanência dessas estudantes na universidade estão a permanência material, simbólica e a existência de uma rede de apoio a esta estudante. A permanência material, partindo dos estudos de Zago (2006) e Santos (2009), define-se pelo gozo das necessidades básicas que os estudantes universitários têm: são as condições objetivas que eles necessitam para a sobrevivência na universidade. Estas necessidades englobam alimentação, moradia, material didático, transporte e outras mais.

No caso específico das estudantes-mães, elas necessitam de uma fonte ou apoio de renda para adquirir e/ou manter supridas essas necessidades para sua manutenção na universidade. Segundo o levantamento feito por Figueiredo (2019), a maioria delas concilia sua carga horária na universidade com os afazeres domésticos, o trabalho e o cuidado dos filhos.

Para se estar na universidade é fundamental que se tenha dedicação aos estudos. A carga horária extensa, com sobreposição de tarefas e ações configura-se, para essas mulheres, como um grande obstáculo. Pela falta de condições objetivas e ações institucionais para sua permanência, o trabalho segue como a opção prioritária para a permanência material na universidade.

Todavia, como principal estratégia de permanência material dessas estudantes, a sobreposição “trabalho- cuidado do filho - atividades domésticas – estudos” culmina em uma carga diária muito alta, o que relega para segundo plano a possibilidade real de dedicação aos estudos e à formação. Aspecto presente na vida da estudante-mãe, mas real para as mulheres como um todo, essa sobreposição de tarefas/funções acaba por sobrecarregar e impedir a continuidade dos estudos.

Os dados destacados na pesquisa de Figueiredo (2019) mostram que as mulheres trabalham por volta de 7h50 semanais a mais que os homens e que o acúmulo do trabalho doméstico dificulta o acesso e a permanência no ensino superior. Neste

sentido, como destaca Araújo (2013), as mulheres obtiveram grandes conquistas feministas e mesmo com todo o destaque no mercado de trabalho e no ensino superior, o cuidado dos filhos e de casa ainda é uma cobrança e responsabilidade imposta às mulheres e pela qual são lembradas diariamente.

Outro aspecto importante é que há certa “hostilidade” da universidade em relação à presença das estudantes-mães nos campi, considerando que a conformação dos espaços exclui as crianças e, com isso, também as mães:

Dessa forma, o ambiente universitário tem se mostrado muitas vezes hostil às necessidades das mulheres mães, uma vez que não dispõe de estruturas mínimas para apoiar a presença desse público específico. É importante mencionar que os espaços que excluem crianças, automaticamente excluem as mães (FIGUEIREDO, 2019, p. 21).

As condições objetivas são complexas e, neste contexto, as oportunidades institucionais de permanência podem ser um importante caminho para a não evasão dessas estudantes. A universidade oferece alguns subsídios para que haja a permanência material das estudantes-mães, como auxílio-creche, bolsa-alimentação (restaurante universitário), ajudando-as e diminuindo as barreiras que as impedem de frequentar às aulas e dedicarem-se aos estudos, todavia nem sempre se materializam como ações suficientes para isso, sendo as condições de permanência simbólica também muito importantes como ação institucional.

A permanência simbólica trata-se de todas as possibilidades que a universidade oferece para que essas estudantes-mães sejam incluídas. Seja pela implementação de espaços de compartilhamento de vivências e experiências em grupos no ambiente universitário, seja pela oferta de atividades de apoio, as ações de permanência simbólica permitem a efetivação de processos que auxiliam as estudantes-mães a se manterem nos cursos de graduação.

Figueiredo (2019) destaca que as estudantes-mães participantes de sua pesquisa relatam que sofreram discriminação dentro do ambiente universitário pelo fato de serem mães, sendo de seus professores, colegas ou até mesmo de funcionários. Por não terem a oportunidade de participar de atividades acadêmicas ou encontros entre os colegas de sala, acabam vistas de forma diferente e pouco incluídas pelos demais.

Ações de permanência simbólica são vistas como participação em atividades ou programas de apoio estudantil. Todavia, explicita a autora, mesmo quando existentes, a possibilidade de participação em tais ações é limitada pela condição material que

consubstancia a necessidade de dedicação a múltiplas tarefas relacionadas ao trabalho, atividades domésticas e de cuidado com os filhos. Mobilizando as forças que possuem, a maioria das estudantes-mães acabam por fazer uso, e em muitos casos depender, de redes de apoio para participarem das atividades acadêmicas em si, o que acaba por excluir a participação em ações extras.

Assim, como forma de se manter na universidade, as estudantes-mães necessitam de uma rede de apoio que possibilite o equacionamento de tempo para a dedicação aos estudos. Ter uma rede de apoio que as auxilie surge como aspecto fundamental para a possibilidade de prosseguimento dos estudos e elas a buscam através da rede familiar, de amigos, de creches ou outros como apoio necessário para a conciliação de trabalho, filhos e universidade.

Como destacam Uripia e Sampaio (2009, p. 35), as famílias são a principal rede de apoio dessas estudantes - emocional, prática e financeira. Quando não existe, a trajetória se mostra ainda mais desafiadora e para ser garantida requer da universidade papel ainda mais determinante para a permanência dessas estudantes.

Dessa forma, a partir da tipologia extraída de Figueiredo (2019), as condições de permanência da estudante-mãe na universidade passam por ao menos por três dimensões: (1) a permanência material, (2) a permanência simbólica e (3) a existência de uma rede de apoio às estudantes-mães.

No contexto da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) sabemos do oferecimento, através da Assistência Estudantil, de recursos institucionais para a permanência estudantil, mas quais são as ações voltadas especificamente para o grupo de estudantes-mães? São de natureza apenas material ou também simbólica? Há ações circunscritas ao que poderíamos chamar de rede de apoio de forma institucionalizada?

CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DA ESTUDANTE-MÃE NA UFSCAR A PARTIR DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Em busca de entendermos as ações voltadas à permanência estudantil das estudantes-mães na UFSCar, buscamos e analisamos os documentos disponíveis na página da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PROACE⁶, assim como o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSCar 208-2022 (PDI), a fim de identificarmos as ações em curso cujo público-alvo fossem as estudantes-mães. De

⁶ PROACE – Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis: Responsável pela gestão de ações e de estratégias para a permanência de todas as pessoas da comunidade universitária da UFSCar.

acordocom nosso levantamento, foram encontradas apenas três ações em que essas mulheres figuram como público alvo: (1) Bolsa Moradia em dinheiro; (2) Bolsa Alimentação; e (3) Vaga de creche na Unidade de Atendimento a Criança da universidade (UAC).

Um primeiro aspecto importante de destaque é que além de poucas, estas ações são oferecidas a estudantes-mães e estudantes-pais e exclusivamente voltadas a estudantes de baixa renda. Compreensível na dimensão material, pelo corte assumido pelaassistência estudantil a partir do Pnaes, isso limita o acesso a ações que poderiam trazer melhoria na trajetória acadêmica do grupo de estudantes-mães como um todo, não apenasno âmbito material, mas simbólico e de rede de apoio.

Na UFSCar, a possibilidade de assistência estudantil às estudantes-mães está associada exclusivamente a filhas/os e dependentes legais de estudantes bolsistas do Programa de Assistência Estudantil (PAE), de acordo com a RESOLUÇÃO COACE Nº26 de 25 de Fevereiro de 2021. Neste sentido, a Bolsa Alimentação é inteiramente destinada a estudantes bolsistas da UFSCar:

§1º - As categorias de estudantes são: I - Bolsistas Alimentação em Espécie (BAE I) – são todas/os bolsistas do Programa de Assistência Estudantil (PAE) que atualmente recebem a bolsa alimentação em dinheiro, atendidas as condições previstas no Ato Administrativo PROACE nº 18, considerando também as disposições do Capítulo V desta resolução. (Resolução COACE nº26 de 25 de fevereiro de 2021).

Já a Bolsa Moradia Dinheiro é destinada a estudantes-mães/pais de baixa renda, que sejam estudantes de primeira graduação e que possuam filhos que morem com eles eestejam na Educação Infantil, ou com deficiência em qualquer idade. É necessário ressaltar que essa bolsa também é oferecida a estudantes mulheres que estejam em estadogestacional a partir do sétimo mês.

Art. 25 São considerados casos excepcionais que autorizam a concessão da bolsa moradia em dinheiro (Modalidade III): I - estudantes de primeira graduação mães/pais que tenham filhos que morem consigo eque ainda não tenham concluído a Educação Infantil; II - estudantes daprimera graduação mães/pais que tenham filhos (de qualquer idade) que morem consigo e que tenham deficiências que os impossibilitem a vida com autonomia; III - estudantes da primeira graduação que estejamem estado gestacional a partir do 7º (sétimo) mês, comprovada com atestado médico. (Resolução COACE nº50 de 15 de Dezembro, 2021).

Em relação às vagas na UAC, uma creche voltada para educação de crianças de 0a 5 anos de idade, elas também se restringem aos estudantes bolsistas:

I - atender aos dependentes de discentes bolsistas do Programa de Assistência Estudantil da UFSCar regularmente matriculados, que estejam na faixa etária gestante ou exercício domiciliar; compreendida entre 3 (três) meses e 5 (cinco) anos e 11 meses, respeitando o término da licença gestante, ou exercício domiciliar; II- atender crianças do município de São Carlos que estejam na faixa etária compreendida entre 3 (três) meses e 5 (cinco) anos e 11 meses, respeitando o término da licença gestante, ou exercício domiciliar (Resolução COACE nº48, 15 de dezembro, 2021).

Como destaca Figueiredo (2019), ainda que ações para a permanência abarquemas estudantes-mães e sejam importantes, em muitos aspectos essas mulheres ainda são invisíveis como público-alvo específico no processo de assistência. O recorte socioeconômico é compreensível, ainda mais em um cenário de baixos recursos para ações de assistência estudantil, todavia isso não neutraliza a observação de que a condição de estudante-mãe carrega especificidades que exigem apoio e acolhimento dentro da universidade para a permanência na trajetória acadêmica e que podem, e devem, desenvolver não apenas na dimensão material, mas também simbólica e de rede de apoio. Voltados à permanência simbólica e rede de apoio na Universidade, buscamos compreender se havia ações dentro da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários no tocante a estas dimensões. Contemplado no que podemos entender como permanência simbólica, identificamos o Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil – PIAPE.

O PIAPE tem o objetivo de criar projetos coordenados por docentes e funcionários que visem promover a qualidade da saúde mental da comunidade estudantil. Esses projetos são desenvolvidos por alunos da universidade, para que tenha um maior resultado de permanência desses estudantes. Ao consultara lista desses projetos, não observamos nenhuma proposta voltada ao acolhimento das estudantes-mães em particular.

No tocante à rede de apoio, foram realizadas várias buscas documentais e no site da PROACE com o intuito de encontrarmos meios oferecidos pela UFSCar para o acolhimento e suporte das estudantes-mães. Sem resultados promissores, nos animou a notícia, durante um evento para discussão da maternidade na universidade promovido pelo Grupo GESTAR e realizado em 24 de março de 2022, da existência deste grupo e da intencionalidade de ações voltadas ao grupo de mães na universidade.

Grupo voltado ao debate e acolhimento da maternidade dentro da Universidade, o GESTAR busca problematizar esta dimensão. Ainda que não seja uma ação específica

para as estudantes-mães e ainda esteja em início de atividades, o grupo GESTAR, por sua natureza, nos pareceu um importante espaço de acolhimento e apoio também possível a estas estudantes. No referido evento, cujo título foi “Como o Ambiente Acadêmico (NÃO) acolhe a maternidade?”, houve várias rodas de conversa sobre a maternidade na universidade.

A partir dessa atividade, pudemos entender que mesmo ainda em construção, a ação do GESTAR se relaciona com esse suporte às mães da UFSCar e pode se configurar como uma ação promissora de permanência simbólica e, também, de rede de apoio, se considerarmos sua intenção de abertura de espaço para amamentação e reivindicação de infraestrutura para o acolhimento da maternagem no campus universitário.

Após o evento, entramos em contato com a coordenação do Gestar com a intenção de sabermos mais sobre o direcionamento desse acolhimento às mães da universidade e a coordenadora nos explicou que a UFSCar não possui políticas institucionais voltadas às estudantes-mães, mas que o grupo tem a intenção de ser o primeiro a conseguir realizar uma iniciativa nesta direção. Iniciado no ano de 2021, o grupo tem como uma primeira iniciativa a criação de um Lactário na Unidade de Saúde Escola – USE para o atendimento de mães na universidade (com a ajuda do Grupo de Orientação e Cuidado em Aleitamento - GOTAS). Ação ainda em construção, será uma iniciativa de extrema importância no auxílio às mães na universidade - dentre elas as estudantes-mães.

Se essa se configura como uma ação de esperança para o acolhimento e apoio às estudantes-mães, parece-nos que institucionalmente a UFSCar não tem se voltado a este grupo, restringindo suas ações à permanência material e muito focalizadas nas estudantes já contempladas pela assistência estudantil da universidade.

Dentre outras ações possíveis, parece-nos interessante que a utilização do espaço do PIAPE abarque projetos de acolhimento a este público. Outras possibilidades seriam a própria melhoria da infraestrutura de acolhimento, com espaço para amamentação, trocadores nos banheiros e espaços de apoio onde outros adultos, ainda que da rede privada das estudantes, pudessem permanecer com as crianças durante o período das aulas. Importante destacar, que essas melhorias são de extrema urgência para que haja a permanência dessas estudantes-mães na universidade, pois muitas que frequentam a universidade passam por dificuldades diárias e pode se adequar as

necessidades de ir para as aulas e conciliar a falta de infraestrutura para seus filhos.

Urpia e Sampaio (2009, p. 38) defendem que o acesso à creche nas universidades se torna um importante recurso no processo de formação dessas estudantes. Além dele, espaços reservados para amamentação e cuidado com as crianças, como trocadores e salas reservadas, poderiam auxiliar o tempo de permanência delas na universidade.

Corroborando o entendimento de que esses espaços são importantes, o Ministério da Educação por meio de uma portaria de maio de 2017⁷, garantiu o direito à amamentação nas escolas, universidades e outras instituições federais de ensino. Ação insuficiente, mas essencial para a luta pela ampliação dos direitos dessas estudantes de permanecerem nos espaços escolares.

Como pontua o projeto “Maternidade e Ciência” (PARENT IN SCIENCE, 2021), o apoio institucional às estudantes com filhos é fundamental, e ações como creche universitária, salas de amamentação e auxílio creche são essenciais mesmo que não sejam as únicas ações possíveis, como destaca Figueiredo (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contextualizado no debate das condições de permanência das estudantes-mães na universidade, o presente trabalho trouxe para reflexão questões relacionadas à situação das mulheres, estudantes e mães no ensino superior. Com foco analítico nas ações institucionais promovidas, em especial pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade Federal de São Carlos, procuramos compreender as condições de permanências dessas mulheres na universidade.

Tomando como chave analítica a tipologia proposta por Figueiredo (2019), analisamos as ações voltadas para este público. Ainda que os programas de assistência estudantil tenham como objetivo democratizar e ampliar as condições de permanência de todos e todas estudantes no ensino superior, percebemos certa invisibilidade das necessidades das estudantes-mães nas ações empreendidas.

Público-alvo de ações pelo corte socioeconômico, nem sempre as estudantes-mães são abarcadas em sua especificidade. Para além de bolsas e apoio material em

⁷ PORTARIA No - 604, DE 10 DE MAIO DE 2017 Art.1º É garantido o direito de lactantes e lactentes à amamentação nas áreas de livre acesso ao público ou de uso coletivo nas instituições do sistema federal de ensino, especificadas no art. 16 da Lei no 9.394, de 1996 – LDB.

maior quantidade, percebemos a carência de ações voltadas à dimensão simbólica e de apoio para a continuidade da trajetória formativa.

A criação de ações voltadas à permanência simbólica e para a institucionalização de uma rede de apoio para essas mulheres nos parece essencial. A iniciativa observada a partir da constituição do Grupo GESTAR ainda que essencial, se mostra insuficiente, requerendo atenção e apoio institucional para sua efetivação e ampliação.

Todavia, em não sendo possível a partir da metodologia empregada e dos dados disponíveis para consulta pública, saber exatamente quem, quantas e quais as dificuldades enfrentadas pelas estudantes-mães da UFSCar, faz-se essencial um estudo institucional sobre a questão. Entender quem são, o que enfrentam e quais as ações possíveis para seu suporte são aspectos importantes para garantir sua permanência na universidade e conclusão dos cursos iniciados.

Espera-se que os resultados desse trabalho estimulem o desenvolvimento de ações institucionais assim como de novas pesquisas que possam compreender e apoiar essas estudantes. Aspecto essencial se pretendemos consolidar a construção de uma universidade verdadeiramente de todos, todas e para todos e todas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham, **Rev. Dep. Psicol.**, v. 19, n. 2, 2007.

ALVES, D. C.; BRITO, M. L. L. Permanência estudantil e autonomia universitária: a questão do SiSU no contexto de uma universidade estadual do interior da Bahia. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, 26(1), 2021. Acesso em Julho de 2022. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/4649>

ARAÚJO, E. Prefácio. In: BITENCOURT, S. M. **Maternidade e carreira**: reflexões de acadêmicas na fase de doutorado. Jundiaí: Paco, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jul 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em Julho de 2022.

BRASÍLIA. Lei nº 6.202/1975. **A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituídos**. Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969. Brasília, 17 de abril de 1975; 154º da Independência e 87º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm. Acesso em: 30 de

Agosto de 2022.

COACE. Conselhos de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Resolução COACE n°26, 25 de Fevereiro de 2021.** Dispõe sobre o Relatório Preliminar do Grupo de Trabalho para proposições e monitoramento das ações de permanência e assistência estudantil implementadas enquanto durar o Ensino não Presencial Emergencial (ENPE). UFSCAR, 2021. Disponível em: <https://www.proace.ufscar.br/arquivos/normas/resolucoes/19-resolucao-coace-48-2021.pdf>. Acesso em: 30 de Agosto de 2022.

COACE. Conselhos de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Resolução COACE n°48, 15 de Dezembro, 2021.** Dispõe sobre o Regimento Interno da Unidade de Atendimento à Criança UAC. UFSCAR, 2021. Disponível em: <https://www.proace.ufscar.br/arquivos/normas/resolucoes/19-resolucao-coace-48-> . Acesso em: 30 de Agosto de 2022.

COACE. Conselhos de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Resolução COACE n°49, 15 de Dezembro, 2021.** Dispõe sobre a regulamentação da reserva de vagas na Unidade de Atendimento a Criança para filhos e filhas de estudantes bolsistas do Programa de Assistência Estudantil. UFSCAR, 2021. Disponível em: <https://www.proace.ufscar.br/arquivos/normas/resolucoes/20-resolucao-coace-49-2021.pdf>. Acesso em: 30 de Agosto de 2022.

COACE. Conselhos de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Resolução COACE n°50, 15 de Dezembro, 2021.** Dispõe sobre o Programa de Assistência Estudantil. UFSCAR, 2021. Disponível em: <https://www.proace.ufscar.br/arquivos/normas/resolucoes/21-resolucao-coace-50-2021.pdf>. Acesso em: 30 de Agosto de 2022.

COACE. Conselhos de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Resolução COACE n°51, 15 de Dezembro, 2021.** Dispõe sobre o Programa de Acompanhamento dos Bolsistas (PAB). UFSCAR, 2021. Disponível em: <https://www.proace.ufscar.br/arquivos/normas/resolucoes/22-resolucao-coace-51-2021.pdf>. Acesso em: 30 de Agosto de 2022.

COACE. Conselhos de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Resolução COACE n° 52, 15 de Dezembro, 2021.** Dispõe sobre o Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil na UFSCar (PIAPE). UFSCAR, 2021. Disponível em: <https://www.proace.ufscar.br/arquivos/normas/resolucoes/23-resolucao-coace-52-2021.pdf> . Acesso em: 30 de Agosto de 2022.

COACE. Conselhos de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Resolução COACE n° 58, 19 de Janeiro de 2022.** Dispõe sobre o atendimento direto, em caráter excepcional e emergencial, a estudantes indígenas e quilombolas e de outros grupos sociais que ultrapassaram o tempo limite de participação no Programa Bolsa Permanência - MEC e cria o Programa de Atendimento Especial a Estudantes Indígenas e Quilombolas (PAEIQ). UFSCAR, 2021. Disponível em: <https://www.proace.ufscar.br/arquivos/normas/resolucoes/27-resolucao-coace-58-2022.pdf>. Acesso em: 30 de Agosto de 2022.

FIGUEIREDO, R. F. **A assistência estudantil e a permanência das estudantes-mães na UNIFAL – MG**. 158f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Alfenas, Varginha, Minas Gerais, 2019.

FONTEL, L. Mães na universidade: performances discursivas interseccionais na graduação. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

IMPERATOR, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

MACHADO, L. S. et al. Parent in Science: the impact of parenthood on the scientific career in Brazil. **IEEE/ACM 2nd International Workshop on Gender Equality in Software Engineering (GE)**, 2021. Disponível em: https://www.parentinscience.com/files/ugd/0b341b_f53ac6eee19f454193a3ae5ef84682f4.pdf. Acesso em: 30 de Agosto de 2022.

NUNES, C.; SILVA, L. M. N. Acesso e permanência na educação superior X exercício da maternagem: entre trajetórias, representações e exigibilidade de políticas estudantis **Direito.UnB** | Janeiro – Abril, 2020, V. 04, N. 1 | ISSN 2357-8009

PARENT IN SCIENCE. **Mulheres e maternidade no ensino superior no Brasil**, 2021. Disponível em https://www.parentinscience.com/files/ugd/0b341b_6ac0cc4d05734b56b460c9770cc071fc.pdf. Acesso em: 30 de Agosto de 2022.

SANTOS, M. L. A. S. **Itinerários universitários: a permanência de mães trabalhadoras nos Bacharelados Interdisciplinares da Universidade Federal da Bahia**. 131f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) - Universidade federal da Bahia, Salvador, 2014.

SILVA, M. C. R. F.; GUEDES, C. Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública. **Revista Katálysis** [online]. 2020 v. 23, n. 03, pp. 470-479. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p470>. Acesso em: 22 de Julho de 2022.

SOUZA, D. G.; SILVEIRA, A. D. O direito à educação e a permanência estudantil na UFPR: uma análise da política de assistência estudantil. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.6, n.16 p.106-119, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5700>. Acesso em Julho de 2022.

URPIA, A. M. de O. ; SAMPAIO, S. M. R. Tornar-se Mãe no Contexto Acadêmico: dilemas da conciliação maternidade – vida universitária. **Revista Recôncavos**, v. 3, n. 2 p. 30-43, 2009.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percurso de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11, n. 32, maio/ago, 2006.